ISSN: 2358-8829

O TRABALHO DO AUXILIAR DE SALA NO ACOMPANHAMENTO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE QUEBRANGULO

Ailana Vieira Machado de Sant'Anna[1]

INTRODUÇÃO

Quando se discute acerca da inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), é possível perceber um distanciamento da realidade no que está posto na legislação e o que de fato ocorre na prática do cotidiano escolar.

> No Brasil, a lei nº 12.764 de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com a lei do autismo, que regulamentou principalmente o direito da pessoa com TEA de frequentar a rede regular de ensino no país, seja pública ou privada. (Carvalho; Priszkulnik, 2017, p. 01).

No processo de inclusão, é importante refletir sobre o suporte que é oferecido às crianças com TEA e a falta de formação dos auxiliares de sala das escolas públicas, visto que a escola muitas vezes não dispõe de profissionais habilitados, para atender suas singularidades, ocasionado a insegurança nas famílias em relação ao serviço prestado pela rede pública de ensino. Cunha (2013, p. 43) afirma que:

> Nota-se uma grande dificuldade de se constituírem práticas de ensino como alternativas para a superação dos obstáculos quando se fala do acesso e da permanência de alunos com dificuldades de aprendizagem na escola. Há a demanda por uma educação de combate ao preconceito e com ações educacionais inclusivas, uma práxis para extinguir definitivamente os contextos segregantes, historicamente impostos aos alunos da educação especial.

Nessa direção, "[...] os sistemas de ensino têm lidado com políticas paliativas que vêm através de medidas facilitadoras, como cuidadores, professoras de reforço e salas de aceleração, que não resolvem, muito menos atendem o desafio da inclusão" (Lamar *et al.*, 2021, p.1291). Isso reflete a ausência das políticas públicas que não estão sendo efetivadas, deixando a escola à mercê de situações de dificuldades por não conseguir fazer do seu espaço, um ambiente inclusivo.

[1] Pós Graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional- Facear, ailanasantanna@hotmail.com.

Segundo Mantoan (2003), a inclusão escolar é um desafio de grandes proporções, pois aponta para uma realidade que impacta no fracasso e na evasão escolar dos estudantes, que são excluídos por não conquistarem sucesso no ambiente escolar, estudantes que muitas vezes são vítimas da família, da escola, da sua necessidade educacional, do desafio da inclusão e muitas vezes da sua condição social, são tachados como indivíduos que não se encaixam no padrão que a sociedade criou de uma educação formal.

Em síntese, para que a inclusão de criança com TEA ocorra nas escolas é necessário condições para inclusão com propostas efetivas, mudança curricular, de interesse pela igualdade de direitos por parte do governo e da escola para que possa ser vivenciado a inclusão de fato e de direito. No que se refere ao auxiliar, é necessário conhecer o trabalho desenvolvido por este profissional como proposta de atender as necessidades das crianças com autismo, conforme a legislação vigente. O que seria de fato o auxiliar de sala?

Nesse sentido, Tavares (2019, p. 14) explica que:

> Colaborar para que o aluno esteja em tempo integral em sua sala de aula, com as mesmas atividades feitas pelos colegas; desenvolver autonomia e estimular o aluno na realização de todas as atividades (pessoais e educacionais); apoiar o professor com deficiência na organização do trabalho em sala de aula ou no horário de planejamento de aulas; auxiliar o professor, a partir de sua orientação em atividades educativas; auxiliar e ou realizar atividades de vida diária sob a orientação do professor, alimentação, banho, acompanhar crianças ao banheiro, trocas; prestar auxílio aos professores nas atividades educativas dentro e fora das instituições.

Diante deste cenário, contribuem na inclusão de estudantes com TEA, mesmo não sendo o único suporte que o estudante necessita, tornando-se um agente que colabora com o processo de inclusão das crianças dentro e fora da sala de aula. A partir da necessidade do acompanhamento especializado nas escolas, **a questão de pesquisa deste estudo** é: como está sendo efetivado o acompanhamento dos auxiliares de sala com estudantes autistas em uma escola do município de Quebrangulo.

Tendo em vista todo percurso pela garantia de direitos para os estudantes com autismo na escola, o estudo busca entender a efetivação da atuação desse profissional nas escolas. Assim, o objetivo geral é analisar como está sendo efetivado o acompanhamento do auxiliar de sala, com os estudantes do Transtorno do Espectro do Autismo no ambiente escolar. Esse estudo volta-se especialmente para o trabalho desenvolvido pelos auxiliares de sala que acompanham estudantes com autismo na sala de aula a fim de oferecer-lhes um suporte diário nas demandas propostas pelo educador da sala.

ISSN: 2358-8829

O presente projeto de pesquisa responde a uma necessidade emergente no cenário educacional brasileiro, com especial relevância para o município de Quebrangulo, em Alagoas. Observa-se, na região, um aumento expressivo na matrícula de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) no ensino regular, fenômeno que vem acompanhado de complexos desafios no processo de inclusão e de adaptação escolar. Diante desse panorama, em que a efetivação de uma escola inclusiva permanece no centro de intensos debates teóricos e práticos, propõe-se investigar a natureza do atendimento e da inclusão promovidos pelas instituições de ensino locais. Busca-se compreender, especificamente, as ações desempenhadas pelos auxiliares de sala junto aos estudantes autistas, haja vista que as práticas cotidianas ainda necessitam de aprimoramento para atingir patamares satisfatórios de equidade e permanência.

A urgência dessa discussão é respaldada historicamente. Conforme aponta Cunha (2013, p. 36), o Brasil foi signatário da Declaração de Salamanca, documento que influenciou de forma definitiva as formulações de políticas públicas inclusivas no país. No entanto, o autor pondera que, naquele mesmo período, a Política Nacional de Educação Especial passou a orientar um modelo de integração instrucional que condicionava o acesso às classes comuns do ensino regular à capacidade dos discentes de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas no mesmo ritmo dos alunos considerados típicos. Essa contextualização histórica evidencia que, apesar dos avanços normativos posteriores, persiste uma lacuna significativa entre os preceitos legais e a realidade das salas de aula.

Para transpor essa distância entre a teoria e a prática, faz-se indispensável que os sistemas de ensino forneçam os recursos pedagógicos, estruturais e formativos necessários a toda a comunidade escolar. Nesse ecossistema, a figura do auxiliar de sala adquire centralidade, uma vez que esse profissional contribui de maneira direta e contínua com as crianças autistas no cotidiano escolar, viabilizando um processo de aprendizagem que seja consequência real da inclusão.

Partindo dessas premissas, a presente pesquisa estabelece como objetivo geral analisar como está sendo efetivado o acompanhamento dos auxiliares de sala com estudantes autistas em uma escola do município de Quebrangulo. Para o alcance dessa meta, definem-se como objetivos específicos a investigação dos recursos pedagógicos utilizados por esses profissionais, a verificação do nível de capacitação recebido por eles para atender às demandas específicas geradas pelo TEA, e a análise de suas práticas diárias na condição de agentes mediadores essenciais desse processo inclusivo.

ISSN: 2358-8829

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tipo de pesquisa

A pesquisa adotará uma abordagem qualitativa e será desenvolvida por meio de um estudo de caso focado no acompanhamento dos auxiliares de sala aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A escolha pelo formato de estudo de caso justifica-se pela necessidade de estabelecer um diálogo direto com os auxiliares de sala, o qual ocorrerá por meio de entrevistas individuais e coletivas (em grupo), fundamentais para compreender as reais dificuldades enfrentadas por esses profissionais em seu cotidiano pedagógico. O locus da pesquisa será a Escola Municipal Professora Mirta Correia Costa, que atende ao Ensino Fundamental II no município de Quebrangulo/AL. A seleção desta instituição se dá pelo fato de ela ser a única escola da rede municipal que atende turmas do 6º ao 9º ano, concentrando uma demanda expressiva de alunos com deficiência e, majoritariamente, com TEA. O intento da pesquisa, alicerçado na análise do trabalho de campo e em levantamentos empíricos, busca verificar como está sendo efetivado o acompanhamento desses profissionais. Para além das entrevistas, a coleta de dados utilizará a observação direta planejada a partir de visitas periódicas à unidade escolar, permitindo uma análise densa e contextualizada da realidade investigada.

Lócus da pesquisa

O público-alvo deste projeto está inserido na Escola Municipal Professora Mirta Correia Costa, localizada na Avenida Creuza Laurindo Maia, s/nº, no município de Quebrangulo/AL. Esta instituição, que atende ao Ensino Fundamental II e à modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos turnos matutino e vespertino, foi inaugurada em 2004. A seleção desta unidade se dá pelo fato de ela ser a única escola da rede municipal que atende turmas do 6º ao 9º ano, concentrando uma demanda expressiva e centralizada de inclusão. Atualmente, em 2026, a instituição conta com 790 alunos matriculados, dos quais 59 são estudantes com deficiência, com incidência majoritária de diagnósticos de TEA, refletindo um avanço no IDEB para 5,7 com base nos resultados divulgados em 2025. Para fazer frente a essa realidade, a estrutura profissional da escola é composta por 43 professores regentes, 19 auxiliares do Atendimento Educacional Especializado (AEE), 3 professores do AEE e 3 profissionais da equipe multiprofissional, sendo 2 psicólogas e 1 assistente social.

ISSN: 2358-8829

Procedimento de coleta de dados

O percurso metodológico iniciará com a estruturação rigorosa do projeto de pesquisa que fundamenta este estudo. Posteriormente, será realizada uma visita técnica à instituição de ensino selecionada para apresentação da proposta e, mediante o aceite da gestão, solicitação da autorização formal. Em seguida, o projeto será submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas (CEP/UFAL). O início do trabalho de campo e a coleta de dados ficarão estritamente condicionados à validação e aprovação prévia por este comitê.

Os instrumentos adotados para a coleta de dados compreenderão a observação direta em sala de aula, com foco na atuação dos auxiliares de sala, e a aplicação de entrevistas semiestruturadas. As perguntas das entrevistas serão abertas, direcionadas a investigar o conhecimento prático e a experiência desses profissionais acerca do acompanhamento aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Esses encontros ocorrerão nas dependências da própria escola, agendados previamente com a coordenação pedagógica, de modo a não interferir na dinâmica e no planejamento das atividades escolares.

Em consonância com as diretrizes éticas para pesquisas com seres humanos, será utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Este documento assegurará o respeito às informações fornecidas, garantindo a manutenção do sigilo, do anonimato e da privacidade dos sujeitos durante todo o processo investigativo, sendo uma via obrigatoriamente entregue a cada participante.

Para o tratamento do corpus documental obtido, adotar-se-á a Análise de Conteúdo, técnica metodológica pertinente para o alcance dos objetivos propostos. Conforme postula Bardin (1977, p. 9), a técnica constitui um "(...) conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados (...)". Assim, a análise buscará desvelar os sentidos latentes e manifestos que emergem dos discursos e das observações.

Por fim, ressalta-se o relevante interesse social desta temática. A relevância da proposta não se restringe a um grupo específico; seus achados visam contribuir para o desenvolvimento de investigações futuras e para o fortalecimento de práticas inclusivas, partindo do pressuposto de que a inclusão de pessoas com deficiência qualifica e beneficia o ambiente educacional como um todo.

ISSN: 2358-8829

REFERENCIAL TEÓRICO

Dentre as condições específicas, destacava-se o Transtorno do Espectro Autista (TEA), que segundo a versão do DSM 5 classifica o autismo como um TEA. Nesse sentido, "As características essenciais do transtorno do espectro autista são prejuízo persistente na comunicação social recíproca e na interação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades" (APA, 2014, p. 53).

Além disso, o autismo é classificado como um transtorno global de desenvolvimento no qual há um comprometimento em diversas áreas do comportamento e do psiquismo. Mesmo assim, na escola, a criança autista tem possibilidades diversas de desenvolvimento, contudo, ao observarmos o processo de inclusão escolar dessas crianças, pode-se perceber que o percurso não tem sido fácil, por isso, se faz necessária a organização e adaptação da escola para os estudantes autistas.

Um dos grandes ganhos na luta pela inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), na educação regular foi a presença do auxiliar de sala. Diante do exposto Moussinho *et al.* (2010), afirma que:

> O Auxiliar de Apoio ao Educando, deverá ser encarado como esse profissional que assume o papel de ajudar na inclusão do aluno com deficiência e não o papel de professor principal da criança. Ele deverá ser visto como mais um agente de inclusão em sala de aula, sem permanecer ali esquecido e excluído junto com o aluno. (p. 95).

Um profissional com nível de escolaridade entre a graduação ou o ensino médio, a depender das exigências de cada local, acompanha os estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e superdotação/altas habilidades dentro da sala de aula comum. Esse profissional tem o papel de ajudar o estudante em parceria com o professor regente no processo de ensino e aprendizagem, favorecendo a construção da autonomia e das habilidades da criança. Busca-se, através de ações necessárias, as adaptações curriculares para melhor desenvolver as potencialidades de cada estudante, como sinaliza o Parecer nº 50/2023. Esse processo de ajuste curricular ocorre na elaboração de materiais didáticos sugeridos pelo educador e no processo de mediação social entre todos os envolvidos da escola (Santos, 2019).

Esse panorama ganhou amparo legal definitivo com o Decreto nº 12.686/2025, sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em outubro de 2025 (e ajustado pelo Decreto nº 12.773/2025), que instituiu a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva. Esta nova legislação trouxe mudanças cruciais que impactam diretamente o auxílio de sala: Dispensa de laudo médico: O acesso ao profissional de apoio escolar e ao Atendimento Educacional

Especializado (AEE) não está mais condicionado à apresentação de um laudo ou diagnóstico médico. A necessidade do suporte passa a ser definida por um estudo de caso pedagógico realizado pela escola., critérios de formação: O decreto padronizou as exigências de qualificação, estipulando que o profissional de apoio escolar deve possuir no mínimo o ensino médio completo e passar por uma formação/capacitação de pelo menos 180 horas, delimitação de funções: Ficou explicitado que as atribuições do profissional de apoio não se confundem com as do docente. Ele atua de forma colaborativa e sob a orientação da equipe pedagógica, servindo como suporte na comunicação, interação, mobilidade e autonomia do estudante dentro do planejamento da classe, inclusão desde a primeira infância: O direito ao profissional de apoio foi expressamente universalizado para cobrir toda a faixa da educação básica, dos 0 aos 17 anos, garantindo que crianças na educação infantil recebam o auxílio necessário de forma precoce. (Brasil, 2025)

Contudo, a despeito dos avanços normativos e da exigência legal de uma formação mínima, a transposição dessas diretrizes para a prática diária revela um cenário complexo. Na realidade das redes de ensino, esse profissional acaba enfrentando grandes dificuldades no desenvolvimento de seu trabalho rotineiro.

Sabendo-se dos obstáculos presentes nesse percurso, destaca-se o fato de que estudantes com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) frequentemente apresentam comportamentos específicos e ocorrências comportamentais em sala de aula. Esse fator pode gerar forte insegurança por parte do auxiliar de sala que, em muitos casos, não se sente instrumentalizado para manejar tais situações.

Essa insegurança é severamente agravada pela persistente falta de preparo prático e de formação continuada do profissional para lidar com as especificidades do autismo. Como consequência, o atendimento às demandas da criança neurodivergente pode ocorrer de forma inadequada, acarretando não apenas complicações no processo de desenvolvimento do estudante, mas também provocando conflitos e barreiras na mediação social dentro do ambiente escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A organização do trabalho proposto no município de Quebrangulo - AL visa compreender como está sendo efetivada a atuação dos auxiliares de sala junto às crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Tendo em vista que esta pesquisa se encontra em processo de construção, o planejamento estrutural definirá a forma como as ações de

ISSN: 2358-8829

intervenção serão desenvolvidas. Estas ocorrerão por meio de visitas às escolas, além de entrevistas individuais e coletivas com as equipes diretiva e pedagógica, e com os profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Além disso, será realizada a escuta qualificada dos alunos e das famílias que acompanham direta ou indiretamente esse processo, a fim de compreender como esse serviço impacta, de forma positiva ou negativa, a vida da comunidade escolar.

O objetivo é diagnosticar as reais dificuldades enfrentadas por esses atores e colaborar, de forma sistemática, com as demandas trazidas pela equipe, inclusive pelos auxiliares de sala, que vivenciam diretamente os desafios do ambiente inclusivo. Diante disso, este trabalho pretende escutar, acolher e construir, coletivamente, estratégias e possibilidades para minimizar as barreiras e dificuldades elencadas ao longo do processo. Assim:

> O direito à educação de todos os indivíduos, tal como está inscrito na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, e renovando a garantia dada pela comunidade mundial na Conferência Mundial sobre Educação para Todos de 1990 de assegurar esse direito, independentemente das diferenças individuais, as diversas declarações das Nações Unidas que culminaram, em 1993, nas Normas das Nações Unidas sobre a Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência, as quais exortam os Estados a assegurar que a educação das pessoas com deficiência faça parte integrante do sistema educativo. (UNESCO, 1998, p.2)

Conforme evidenciado pelo autor, torna-se fundamental compreender o processo histórico da educação especial para perceber que a inclusão não se trata de um modismo contemporâneo. Pelo contrário, ela se configura como uma conquista consolidada ao longo dos anos, a qual ainda passa por constantes e necessárias modificações para a garantia do direito à educação. Sob essa ótica, a inclusão é um direito inalienável de qualquer ser humano, livre de discriminações.

Logo, a igualdade de oportunidades só se efetiva se o sistema de ensino se transformar estruturalmente para receber a todos de forma igualitária. Nesse contexto, que pressupõe o rompimento definitivo com o modelo segregacional surgindo a necessidade de a instituição escolar analisar seus conceitos e suas práticas. Isso significa observar não apenas as barreiras físicas, mas modificar a estrutura escolar como um todo, abrangendo sua cultura e suas práticas pedagógicas, a fim de consolidar um espaço natural de acolhimento para todos os estudantes, propiciando o desenvolvimento de suas habilidades com liberdade e autonomia.

Diante desse contexto, é imprescindível ampliar essa discussão com toda a comunidade escolar. Historicamente, as famílias costumam ser vistas como meras receptoras das decisões institucionais. Contudo, ao propor a aplicação da escuta qualificada junto à comunidade escolar

e embora o foco central desta investigação recaia sobre os auxiliares de sala, torna-se essencial compreender os impactos que esse serviço de apoio gera no núcleo familiar. Portanto, a escuta atua como um termômetro indispensável para mensurar se as práticas inclusivas propostas pela rede de ensino estão, de fato, promovendo o desenvolvimento global necessário para esses sujeitos de direito no espaço escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contudo, este trabalho propõe refletir sobre a efetividade da atuação do auxiliar de sala, observando como tem ocorrido a garantia da inclusão desse estudante. Ao longo do processo de construção desta pesquisa-ação, a proposta metodológica envolve visitas institucionais, escuta qualificada e entrevistas com a equipe diretiva e pedagógica, contando com o apoio fundamental do Atendimento Educacional Especializado (AEE), o qual visa acompanhar esses auxiliares de forma regular.

O espaço da sala de recursos multifuncionais do AEE viabiliza, ainda, a realização de entrevistas com as famílias, permitindo compreender de perto as reais demandas do estudante e subsidiar a elaboração de estudos de caso necessários. A partir desse diagnóstico, torna-se possível orientar os auxiliares de sala para que, em conjunto, realizem o acompanhamento diário do aluno. Evidenciou-se a urgência de analisar com maior clareza a realidade da **Escola Municipal Mirta Correia Costa**, no município de Quebrangulo - AL, visto que esta é a única instituição local que atende ao Ensino Fundamental II, constituindo-se como a principal referência educacional para a comunidade.

Conclui-se, assim, que a aplicação da escuta qualificada junto às famílias, aos professores regentes e aos auxiliares de sala mostra-se um instrumento metodológico fundamental. Esta prática propõe romper com a perspectiva histórica de colocar os familiares como meros receptores das decisões escolares, integrando-os como sujeitos ativos do processo.

Dessa forma, todos os instrumentos mobilizados funcionam como indicadores indispensáveis para mensurar o impacto do serviço no desenvolvimento global dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), reforçando a necessidade de compreender como se efetiva a inclusão no município. Espera-se que este estudo estimule a continuidade de políticas públicas municipais comprometidas com a valorização e a capacitação continuada desses profissionais, assegurando que a escola seja, de fato, um ambiente promotor de equidade e autonomia para todos.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista (TEA); Inclusão escolar; Auxiliar de sala; Políticas públicas; Legislação educacional.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtorno DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Edições 70, Lisboa, 39, 1977.

BRASIL. **Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025**. Altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 9 out. 2026.

CARVALHO, Fernanda Cristina Gomes; PRISZKULNIK, Léia. Autismo e inclusão escolar: uma proposta de intervenção. **Revista PremiusVitam**, São Paulo, n. 9, jan./jun. 2017. Disponível em: https://delphos-gp.com/primus_vitam/primus_9/FernandaCristina_LeiaPriszkulnik.pdf. Acesso em: 24 set. 2023.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola**: Um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideia e práticas pedagógicas. Rio de Janeiro: Wark, 2013.

LAMAR, Artemes Cristina Pires, VALENZUELA, Robson Canteiro, NASCIMENTO, Raquel dos Santos. Autismo: inclusão da criança autista na sala de aula. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v.7, n. 10, out. 2021. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/2662/1052 Acesso em: 24 jan. 2022

MANTOAN, Maria Tereza Egler**. Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOUSINHO, Renata *et al*. **Mediação escolar e inclusão - revisão, dicas e reflexões** - Revista de Psicopedagogia, São Paulo, 2010. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862010000100010. Acesso em: 10 maio 2024.

SANTOS, Elisabeth Junqueiro**. O auxiliar de apoio ao Educando na inclusão da criança com deficiência**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/33163/1/TCC-%20completo%20revisado.pdf. Acesso em: 15 maio 2024.

ISSN: 2358-8829

TAVARES, Rita de Cássia Monteiro. **Auxiliar de apoio ao educando**: que função é essa? Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/34089/1/tcc_Rita_2019.pdf. Acesso em: 10 out. 2024.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: UNESCO, 1998. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394. Acesso em: 28 out. 2026.